CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 2456/80 (PROC. DRE/L nº 2016/79)
INTERESSADO : EEPG "AFONSO SCHIMIDT"/CUBATÃO
ASSUNTO : Convalidação de atos escolares praticados pelo
professor José Fabiano Madeira.
RELATOR : CONSº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI
PARECER CEE Nº 0588/81 - CESG - Aprovado em 08/04/81

I - RELATÓRIO

1-HISTÓRICO:

1.1- Em análise efetuada nos prontuários e livros de ponto docente, a direção da EEPG "Afonso Schmidt", de Cubatão, constatou que o professor JOSÉ FABIANO MADEIRA exerceu, no período de 1975 a 1978, sem a competente autorização, as funções de professor e orientador de Educação Moral e Cívica. Assim sendo, dirige-se à DE de Guarujá a fim de comunicar o fato e solicitar a convalidação dos atos escolares praticados pelo referido professor.

1.2 - O epigrafado foi admitido, a partir de 21/02/74, para ministrar 20 aulas semanais (12 de OSPB, 02 de EMC e 06 de Orientação de EMC), tendo entrado em exercício aos 05/03/74 (cf. fls.4 e 6). Para tanto, a DEEN de Santos expediu-lhe, aos 12/07/74, a respectiva autorização, com validade até o final daquele ano letivo (fls.7). Portanto, em 1974, a situação do professor foi considerada regular.

1.3 - As irregularidades, objeto do presente pedido de convalidação, foram verificadas nos anos de 1975 a 1978, quando, o professor, sem a devida autorização, exerceu as atividades docentes conforme abaixo se discrimina:

- 1.3.1. 1975 - Orientação de Educação Moral e Cívica (03 aulas semanais) - fls. 4;
- 1.3.2. 1976 - Educação Moral e Cívica (1º grau) e Geografia (2º grau) - fls. 4;
- 1.3.3. 1977 - Educação Moral e Cívica (2º grau); OSPB e Estudos Sociais - fls. 4;
- 1.3.4. 1978 - Geografia, História e Estudos Sociais (1º grau) - fls. 4 e 5;
- 1.3.5. 1979 - dispensado por não ter comparecido à atribuição de aulas (fls. 5 e 18).

PROCESSO CEE Nº 2458/80 - PARECER CEE Nº 0588/81 - fls. 02

1.4 - Constam, ainda, nos autos informações sobre procedimentos irregulares do professor, haja vista que se valeu de documentação falsa "para obtenção de maiores vencimentos" (fls. 26). Isto é, no nível de 3º grau, sua escolaridade e a de Licenciatura Curta em Estudos Sociais, obtida na F.F.C.L. de São Bernardo do Campo (fls. 14/16), a qual lhe conferia o direito de lecionar E.M.C. e O.S.P.B. no ensino de 1º grau (fls. 15). Contudo, falsificou documentos vantagens de uma licenciatura plena, de acordo com declarações de fls. 26 do Senhor Supervisor da escola.

1.5 - Em face dessas ocorrências, o processo passou por demorada tramitação, iniciada a 25/04/79, uma vez que, por um lado, se procurava, apurar as irregularidades da situação funcional de professor (Processo nº 2013/79, ainda em andamento, que tem em mira punir o indicado com "dispensa por infração de natureza grave, nos termos do artigo 35 da Lei 500/74, sem prejuízo das demais medidas criminais cabíveis", fazendo-o ainda "devolver aos cofres do Estado diferenças de pagamento entre o que de direito e o que recebeu" - fls. 20); e, por outro, convalidar os atos escolares do professor (de competência exclusiva deste Conselho) e "em decorrência do ilícito administrativo e pessoal em que se encontra caracterizado pela falsificação de documentos, conforme elementos comprobatórios nos autos" (fls. 32).

1.6 - Foram ouvidas nos autos as seguintes autoridades de ensino: DE. de Guarujá, DRE do Litoral, CEI, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (DSD - 3), Comissão Estadual de Moral e Civismo, chegando o protocolado a este Conselho, através do Gabinete do Sr. Secretário.

2.- APRECIAÇÃO:

2.1 - Importante assinalar que o Parecer CEE nº 1785/79 - desta Câmara de Ensino do Segundo Grau, aprovado em 19/12/79, convalidou os atos docentes praticados pelo Prof. José Barroso dos Santos, na EEPG "Afonso Schmidt", de Cubatão, em virtude da falsificação de documentos de que o referido professor se utilizou para lecionar Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e História no supracitado estabelecimento.

2.2 - Observe-se, assim, que a presente solicitação caracteriza-se como reincidência da irregularidade por parte da mesma escola.

2.3 - Desta forma, cabe aos órgãos da Secretaria do Estado de Educação advertir as autoridades escolares, nos diferentes níveis de competência, no que tange à observância dos preceitos legais pertinentes no assunto em questão.

2.4 - E, para que os alunos, a quem lecionou o Prof. José Fabiano Madeira, não sejam prejudicados, parece-nos que se impõe a convalidação.

II - CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de parecer que, em caráter excepcional, sejam convalidados os atos praticados pelos educandos em relação às atividades docentes praticadas pelo Prof. José Fabiano Madeira, no ensino do 1º e 2º graus, na EEPSG "Afonso Schimidt", de Cubatão, nos anos de 1975 a 1978.

A Secretaria de Estado da Educação advertirá as autoridades da referida Escola, ainda mais que se trata da reincidência da mesma irregularidade.

CESG, em 04 de março de 1981

a) Consº ROBERTO RIBEIRO BAZILLI - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Pe. Antônio Ferreira da Rosa Aquino, José Augusto Dias, Maria Aparecida Tamaso Garcia, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1981

a) CONSº JOSÉ AUGUSTO DIAS
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 08 de abril de 1981

a) Consº GÉRSON MUNHOZ DOS SANTOS - Vice-Presidente